

 <https://doi.org/10.23845/kgt.v14i3.652>

## **Economia Política e Biopolítica** **[Political economy and Biopolitics]**

**Guilherme Castelo Branco**

Pesquisador da FAPERJ. Professor Titular da UFRJ.  
Laboratório de Filosofia Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
E-mail: guicbranco@ig.com.br

### **Resumo**

O presente texto aborda as relações entre economia política e biopolítica, a partir de Foucault, para tentar fazer uma análise pertinente da situação política na atualidade. Nossa hipótese é a de que o mundo, na atualidade, caminha para uma situação política muito desfavorável à participação democrática e à vida comunitária, na qual a cidadania, certamente, passa a ser um valor cada vez mais sem importância. No caso brasileiro e nas américas em geral, temos um panorama político, agora, desolador, o que viabiliza um campo de possibilidades políticas inusual. O campo das lutas políticas, no presente, é o acaso. E a ação dos agentes políticos.

### **Palavras-chave**

Economia política; Estado de exceção; Participação democrática; Lutas agonística; Biopolítica.

### **Abstract**

This text addresses the relationships between politics and biopolitics, in the view of Foucault, to try to make a pertinent analysis of the present political situation. Our hypothesis is that the world, today, is moving towards a very unfavourable political situation for the democratic participation and the community life, in which citizenship certainly becomes increasingly meaningless. In the Brazilian case and in the American continent in general, we have a political panorama, now, that is horrifying, which makes it possible for a field of unusual political possibilities. The field of political fights, in the present, is chance, and the action of the political actors.

### **Keywords**

Political economy; State of exception; Democratic participation; Agonistic struggles; Biopolitics.



A indiferença com as populações mais vulneráveis, com os mais pobres, com os menos favorecidos, se acentuou enormemente nos dois últimos séculos, num processo

social e político que resultou em políticas de exclusão e de eliminação de pessoas, grupos sociais, gêneros e etnias. Nosso tempo, temos que afirmar é o da neo-barbárie, e neo-nazismo originados da ignorância de muitos segmentos sociais que se julgam à margem da vulnerabilidade econômica instaurada no início de século XXI; não apenas isso, creem que vão se beneficiar com a penúria dos outros. Presenciamos à diminuição de conquistas sociais e direitos trabalhistas, que levaram à crescente rarefação dos vínculos sociais, nas primeiras décadas do século XXI. Parece, mas não é o mesmo processo histórico que estamos vivendo, que voltamos ao início do século XX, quando ocorreram mudanças significativas no comportamento político das sociedades europeias e das américas, por efeito de lutas sociais de grande monta, oriundas de manipulações de classe que resultaram no fascismo, no nazismo e nas pseudodemocracias em todo o mundo. Temos que falar a verdade: nada mais retrógrado e sem ética, no campo da vida político-social, do que os fatos que vivenciamos na atualidade.

Por outro lado, o que ressurgiu no mundo atual, em especial da assim chamada “civilização europeia” não é uma intolerância desprovida de sentido ou objetivo: ela está a serviço de pequenas camadas das populações dos países ocidentais, no geral constituída por empreendedores/empresários que enxergam nas práticas de exclusão e na eliminação de direitos de trabalhadores, uma nova oportunidade de retorno aos lucros extraordinários dos velhos tempos que seriam, no seu imaginário mercantil, um retorno aos ‘bons tempos do mundo antes das lutas sociais, dos comunistas, dos sindicatos’. As práticas pelas quais se realizam os mais diversos retrocessos sociais e políticos estão disseminados por todos os países do lado dito ‘ocidental’ nestes tempos de globalização, através de táticas bastante conhecidas: compra da mídia, manipulação de informações nas redes sociais, estreita associação com seitas religiosas, corrupção generalizada entre empresários e políticos, esvaziamento moral do judiciário, burocracia a serviço dos interesses das classes ditas dominantes e do ‘mercado’.<sup>1</sup> A violência, sob muitas máscaras e modalidades, é um dos componentes mais utilizados neste amplo espectro de intolerância, com roupagens que podem se revelar seja de forma oficial, seja de modo informal, seja de forma escamoteada, nas redes sociais. Sobre a violência existem como respostas possíveis silêncio consentido, um medo calado, uma resistência escamoteada. No limite, pode acontecer uma reação também violenta, contra a dominação e a favor dos ventos novos em defesa de algum ideal, ainda que passageiro, de liberdade.



---

<sup>1</sup> Existe dinheiro sem nome? Sem alguém que é seu dono?

No *Sécurité, territoire, population*, Foucault, procurando explicar como se consolidou a violência em nossos dias apresenta um quadro de oposição, importante, entre soberania e governamentalidade. As diferenças entre elas seriam: a Soberania seria característica dos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII, quando a questão do poder está totalmente dependente nas atividades e modos de ser do príncipe ou soberano, em torno do qual a vida e o destino dos súditos, do principado, estão submetidos. Os bons momentos ou péssimos ciclos políticos e econômicos dependeriam da sagacidade, caráter, humor e inteligência do governante hereditário (e seus auxiliares mais próximos, claro). O pensador mais emblemático da era da soberania, no campo da política, e apenas nela, é Maquiavel. Ele reduz o poder político e a vida participativa, segundo Foucault, às artes do poder soberano na Idade Clássica, no qual o pequeno príncipe seria o único poder decisório.

Na nova era da governamentalidade (a partir dos fins do séc. XVIII), por sua vez, as boas ou más perspectivas dependeriam de um conjunto de gestores, burocratas e policiais anônimos que, vinculados às forças produtivas de seus países podem ter ou não sucesso na sua tarefa de regular o mundo da livre iniciativa característica do liberalismo (ou neoliberalismo. Já no tempo da governamentalidade (biopolítica), o poder torna-se anônimo e disseminado na ampla camada da administração hierárquica burocrática. Certos gestores podem ser postos em destaque, eventualmente como presidentes de países ou grupos parlamentares que lograram modificações significativas no seu respectivo tempo de atuação, mas isto deve-se a alianças de amplo espectro. Quando importantes modificações acontecem, muitas vezes com o apoio de segmentos partidários de profissionais de grupos majoritários da sociedade democrática, os custos políticos e econômicos não são de pequena monta. No geral, todavia, trata-se de um mundo que avança, dia-a-dia, na crescente instauração de mecanismos de controle à distância, com muitas maneiras de execução. O *panopticon*, neste modo de análise, é uma conceito e realidade muito ultrapassados, tornou-se um passado distante.

Os tempos da governamentalidade e da biopolítica, nunca é demais recordar, são os da instauração do biopoder e do racismo de estado. Neles existe algo de paradoxal: ao mesmo tempo em que se busca melhorar a qualidade de vida, sua duração, potencializar o corpo, diminuir as doenças, enfim, fazer viver, por outro lado o mesmo poder político passa a pedir a morte, a deixar morrer não somente seus cidadãos como, dentre eles,



todos os estranhos à forma de vida que ela determina com desejável. Governamentalidade e manipulação da vida e da morte não são excludentes; na verdade são faces de um mesmo jogo de poder com práticas de funcionamento simultâneos e opostos. A governamentalidade está completamente apoiada numa nova ( do ponto de vista macrohistórico) forma de gestão política e econômica. Neste novo tempo surgem práticas administrativas muito articuladas, configurando um movimento “... que vai assegurar a gestão da população por um corpo de funcionários” (FOUCAULT, 2004b, pág. 111)

Na aula do dia 1º de fevereiro de 1975, publicada no *Segurança, território, população*, Foucault faz uma apresentação sintética da técnica de poder na era da governamentalidade, que é “ ... um movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como fim das técnicas de governo, enfim como o movimento que isola a economia como sendo um domínio específico da realidade, e a economia política, ao mesmo tempo, como ciência e técnica de intervenção do governo no campo da realidade( IBIDEM). A política, na modernidade, se caracteriza pelos vínculos estreitos entre governo, população, economia política.

É comum se ouvir falar da relação entre população e biopolítica; todavia, bem poucos pesquisadores alertam para o lugar de destaque da economia política neste processo histórico-social. Isso não deixa de ser surpreendente. Em especial porque a a definição de governamentalidade, que já é clássica nos estudos foucaultianos, diz o seguinte: “ por governamentalidade, entendo que é o conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, assim como cálculos e táticas[...] que tem como forma principal de saber a economia política, e por instrumento técnico essencial os dispositivos de seguridade-providência e de segurança( IBIDEM). Na minha chave de leitura estamos falando da governamentalidade como gestão econômica e burocrática de gigantescos fundos que dão força ao capitalismo, até hoje, e que se fazem em nome do conforto de alguns milhões de pessoas que contribuíram para a manutenção de grandes montantes financeiros, em benefício próprio.<sup>2</sup>

A governamentalidade, na gestão da população, em sua busca incessante por segurança e de minimização dos riscos, é que ela se alicerçou na acúmulo de capital levantado na própria população, que neste particular é o conjunto dos contribuintes ( ou sócios), vinculados( ainda que não se deem conta deste fato) a empresas de seguridade

<sup>2</sup> Os demais bilhões de pessoas, claro, ficam fora do jogo dos amparados.



social ou segurança econômica. Sistemas de poupança, seguros de saúde, fundos de habitação, consórcios de diversas naturezas, fundos previdenciários públicos ou privados, seguros (de vida, de automóvel, entre diversos outros), é daí que se fazem grandes montantes de capital, e que são investidos, cada vez mais, na ciranda financeira. No neoliberalismo, insinua Foucault, gestores controlam fortunas que são de todos e de ninguém. O que não significa que uns poucos não lucrem muito, muitas vezes sem fazer muito trabalho. O efeito na vida das pessoas (também chamados de sócios ou contribuintes), é a interferência dos sistemas financeiros nas suas vidas. Pois lidamos, no dia de hoje, no presente, com pessoas muito atemorizadas quanto às suas perspectivas futuras no campo econômico e médico, com alguns poucos se aproveitando desta condição.

Não custa nada lembrar que o capital financeiro do capital, involuntário e subtraído, por assim dizer, do dinheiro retirado das pequenas contribuições dos trabalhadores e pequenos produtores é a base dos grandes montantes de capital. A gestão burocrática da população não se alicerça tão somente na vida clínica e funcional da pessoas; ele resulta, sobretudo, da gestão de seus recursos, de seus bolsos, de suas pequenas seguranças financeiras, daquilo que possuem nas suas vidas ativas enquanto trabalhadores produtivos, por pequenos que sejam, e é disto de que procuram se valer, quando podem, nas suas vidas enquanto inativos. Poupam na esperança de ter uma certa liberdade e algum conforto da terceira idade. O engano leviano da propaganda posteriormente desdiz o que as pessoas pensam, ensinadas pelas redes midiáticas: a gestão financeira da vida da população interfere e influi diretamente nas condutas da pessoas, com diferenças flagrantes, claro, e sobretudo tem efeito no desempenho biológico, clínico, das pessoas, segundo seus recursos. Os velhos e os jovens da classe média estão aprisionados na fantasia de uma segurança que lhes é e que será furtada. Todos os pobres e explorados, não caem na armadilha de uma velhice segura, sabem muito bem o que é a desigualdade social, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, não estão alertas sobre a vulnerabilidade da sua condição sócioeconômica. Aí está a questão.

No novo mundo da burocracia da seguridade e da segurança, não é o cidadão que está no centro da cena; na verdade, é um novo ator social, mais contemporâneo: trata-se do contribuinte ou associado. A condição de contribuinte faz dele uma pessoa submetida a um número contratos aos quais está submetido, tem que conhecer regulamentos e



entrelinhas, e a estar sempre atento ( o que não é nada fácil), às constantes mudanças de regras do sistema burocrático, pois poderá perder algum direito ou 'benefício', talvez no limite, alguma perda total ou parcial em caso de doença, desemprego, ou outro tipo de 'sinistro'. Acima de tudo o contribuinte é um parceiro no investimento e eventualmente (e não necessariamente) beneficiário. Exposto, segundo o sistema securitário, ao risco, o contribuinte não deve, segundo as recomendações vindas do alto das empresas securitárias e das mídias, suas subsidiárias, por conta própria, se colocar diante das intempéries ou infortúnio ou ter um modo de vida arriscado, sob pena de ser de algum modo punido por sua conduta ou estilo de vida. Por outro lado, um pseudo-paradoxo: se o fundo de pensão ou fundo médico de um contribuinte qualquer, fruto do cerne do capitalismo, vai à falência ou sofre intervenção por administração irregular é o sócio-contribuinte quem arca com o preço de sua escolha, e perde assim o seu direito. Paga para evitar o risco e se torna, eventualmente, vejam só, totalmente vítima do risco dos grandes capitalistas que se aproveitam de sua vulnerabilidade e credulidade. Seu risco é duplo, pessoal, por seu estilo de vida, e involuntário, se o capitalista e sua empresa decide excluir e negligenciar o 'parceiro' ou 'sócio' minoritário.

Assim, pode ocorrer, em certos ciclos, que ocorra a passagem do contribuinte (ou sócio) de sua condição de assistido e coberto à condição de desassistido, muitas vezes de maneira inesperada. Não é incomum que muitas pessoas, sem querer, passem da condição de segurados a precários, de bem-remunerado e mau-remunerado, - ou pior, à condição de sem-remuneração, em decorrência da má gestão financeira( real ou sem vergonha) de recursos amealhados há décadas dos contribuintes e lançados na ciranda financeira ou nos bolsos dos gestores e funcionários. O anonimato da ciranda financeira, lembremos, é extremamente ligada ao anonimato e à burocracia securitária e estatal. Quem nunca está a salvo do risco, na verdade, é o contribuinte, que foi alimentado pelo temor da vida sem segurança. Nessa hora, o Estado protege e garante sobretudo o capitalista e sua empresa, em nome da ordem social e econômica. A verdade é que o contribuinte nunca está a salvo do risco<sup>3</sup>( do qual foge sempre), do qual é sempre parceiro no pagamento do déficit, e que é, uma das características mais marcantes da burocracia securitária, que engendrou essa que é uma das modalidades mais cruéis da humilhação dos milhares de usuários dos sistemas securitários..

---

<sup>3</sup> O que é o risco senão estar na vida? Seria o medo ao risco um sentimento inoculado nas pessoas, artificial, no sistema capitalista?



Um dos conhecimentos mais importante e com expressão matemática, um pouco fora, portanto, da vida aleatória no campo microscópico da política, no admirável mundo da Economia Política e da Governamentalidade, é a Estatística. A Estatística, para os burocratas tem um enorme valor, pois este saber não lida com pessoas ou cidadãos, na sua carne: tal saber se interessa sobretudo por números gerais, por relatórios de casos, dos quais alguns podem ser analisados por serem interessantes ou invulgares, talvez pelo potencial de custo que possam trazer. Mas sua forma de conhecimento é o mundo genérico, sem individualidades, seja no universo das pessoas, seja no universo do que se pode chamar impessoal, das empresas e das gestoras, públicas ou privadas. Este conhecimento traz poder e lucro. A vida regulatória da burocracia tem na Estatística sua essência própria, sua alma despersonalizada, com seu conhecimento da população( considerada, neste caso, como entidade numérica): “a estatística mostra que a população possui efeitos próprios[...] como grandes epidemias, crescimentos endêmicos, a espiral do trabalho e da riqueza” (FOUCAULT, 2004b, págs. 107/108).

Tal mundo de conhecimento recente é o das relações de poder, que é um mundo de luta prévio que leva ao mundo da vida sócio-política. Nada está feito e consumado neste campo da vida política. O prática micro-política, de há tempos, a partir do século passado, não se restringe à ação estatal. Desde o começo do século XX, temos diante de nós técnicas de controle da vida individual, e também regras severas de perseguição e terror, que tem sido praticado pelas empresas de longo alcance e amplidão geográfica. Ademais, no campo estrito do Estado e das suas instituições, a violência nunca deixa de ser um exercício usual, cujo limite extremo, todos sabemos, é o golpe de Estado, que na verdade é a matriz de todo Estado constitucional contemporâneo. Nos tempos da governamentalidade, desde o surgimento das democracias contemporâneas, existe um aspecto absolutamente inusitado: na hipótese de ocorrerem certas condições excepcionais, de ameaça( real ou imaginária) ao poder instituído e à segurança, a partir daí se inicia o golpe de estado, entendido de enquanto iniciativa e ação feitos pelo próprio Estado.

Foucault nos recorda que o golpe de Estado “...é uma suspensão, uma paralização das leis e da legalidade. O golpe de Estado é o que excede o direito comum”( FOUCAULT, 2004, pág. 267). Ou seja, na modernidade, o Estado, em seu exercício racional e gestor das instituições pode passar a ter um rosto completamente diferente, segundo certas conveniências: “ quando a necessidade exige, a razão de Estado



converte-se em golpe de Estado, e, neste momento, é violenta.”( FOUCAULT, 2004, pág. 269). A oposição entre governamentalidade(gestão) e golpe de estado(violência), é meramente retórica, o que leva à hipótese de que a política, na modernidade, acarreta e aceita a violência como sendo a forma mais pura da razão e da razão de Estado. No seu exercício cotidiano, todo Estado contemporâneo, distribui violência interna, policial, repressiva, também de cunho político, com todo o aparato burocrático e de saber-poder na administração da vida das populações( e, por extensão, das pessoas).

Muitas faces da moeda da maestria dos seres vivos e produtivos coexistem nos inumeráveis métodos e técnicas de controle dos indivíduos. Nem sempre se faz através da violência. A gestão governamental comporta a violência, como se diria numa linguagem althusseriana, em última instância, na periferia do exercício do poder. O controle ideológico e intelectual tem grande alcance e profundidade. A Biopolítica, na sua face da Economia Política, viabiliza um campo especial de manipulação da vida cotidiana das pessoas, que tem o poder de articular suas posses e seus recursos em função das regras do mundo econômico alheio às leituras da realidade feitas pelos usuários. Tal controle da vida é feita por instituições públicas e por instituições ou empresas privadas, irmanadas no controle e eventual melhoria dos desempenhos das pessoas, da juventude à velhice. A cada dia que passa novos conceitos de controle das pessoas e de aumento potencial do lucro e da mais-valia, são disponibilizados pelas pesquisas que desejam a ampliação do controle humano. A mídia corrobora tais estudos e os torna simplificados, acessíveis aos usuários. Vende o controle como produto.

Cabe a pergunta, necessária para alguns, sobre como podemos resistir, a esse assalto à liberdade dos indivíduos. A liberdade, segundo uma inspiração kantiana inteligente, em seu exercício crítico e autônomo, não é plena e sem restrições: implica na obediência às máximas ditadas pela racionalidade na atualidade, que acompanha a tarefa crítica, advinda da reflexão sobre as ações possíveis criadas pelo presente histórico e campo político com o qual o indivíduo livre é obrigado a lidar e lutar em prol de um espaço público que se conjugue com o espaço privado. Toda luta, neste sentido, tem por objetivo a autonomia, individual ou comunitária.

Vamos pensar bem: neste mundo de violência extrema e de tantos controles sutis do pensamento e das condutas, a autonomia é possível? Foucault, em sua militância teórica, nos traz uma posição política sustentável no mundo de ameaças que nos cercam? Como podemos nos esquivar das ameaças do neo-nazismo, infiltrado nas casas de todos nós?



## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *État d'exception, Homo sacer*. Paris: Ed. du Seuil, 2003.
- ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CASTELO BRANCO, G. Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault in *Verve* n° 13, SP, NU-SOL/PUC-S.P.
- CASTELO BRANCO, G. *Ontologia do presente, racismo, lutas de resistência*, in Poder, normalização e violência (Org. Izabel Friche Passos). Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008.
- CASTELO BRANCO, G. *Michel Foucault: filosofia e biopolítica*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.
- DUARTE, A. *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo* in Para uma vida não-fascista (Orgs. Margareth Rago, Alfredo Veiga-Neto). Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
- DUARTE, A. *Vidas em Risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la Sexualité I. La Volonté de Savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits. 1954-1988*. Paris: Gallimard. 4 vols. Orgs. D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, M. *Il faut defendre la société*. Paris: Ed. du Seuil, 1997.
- FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Ed. du Seuil, 2004a.
- FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Ed. du Seuil, 2004b.
- FOUCAULT, M. *Genealogia del racismo*. La Plata: Altamira, 1996.

